



Relatório da receita será refeito e deve impactar Orçamento 2015

Relator, que já estava com parecer pronto, terá de rever cálculos para ajustar o texto às novas metas do governo para a economia do ano que vem

A votação do relatório da receita, prevista para amanhã, terá de ser adiada. O relator, deputado Paulo Pimenta, vai precisar ajustar os cálculos com base nos parâmetros

econômicos divulgados pelo governo na quinta-feira. O Planalto prevê para 2015 redução na meta do superávit e no PIB, além de juros e dólar em alta. Como o relatório da receita é o primeiro

passo para a análise da lei orçamentária, a votação do Orçamento de 2015 não deve ocorrer mais este ano, segundo o relator, já que o Congresso só se reúne até o dia 22. **3**

Plenário do Senado inaugura hoje novos painéis eletrônicos

O sistema eletrônico de votação permitirá inovações como o registro da orientação de liderança, a exibição de vídeos e a transmissão da TV Senado. As comissões

também ganharão painéis. Para o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, a modernização mais importante será a possibilidade de acesso por deficientes. **4**

Funcionários trabalham na instalação dos equipamentos, como painéis que exibirão orientações de lideranças para os senadores, teclados com relevo para deficientes visuais e dispositivos para detecção dos olhos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relatório final da CPI Mista da Petrobras sai na quarta-feira **3**

Instituto Legislativo Brasileiro lança logomarca **2**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Parlamentares checam painel com resultado da votação da meta fiscal aprovada semana passada

ACONTECEU NO SENADO

Nova meta fiscal é aprovada e 40 vetos são mantidos

Senadores e deputados aprovaram, na madrugada de quinta-feira, mudança na meta fiscal que permite ao governo não obedecer ao limite de R\$ 67 bilhões de superávit proposto para 2014. Também foi promulgada, na quarta-feira, a Emenda Constitucional 84, que aumenta para 24,5% os repasses ao Fundo de Participação dos Municípios. **4**



VIII Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

em homenagem ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência

de 1º a 12 de dezembro de 2014 no Senado Federal

Apoio: Sindilegis

Realização: SENADO FEDERAL

Instituto de capacitação do Senado ganha nova marca

Logomarca foi criada para simbolizar nova etapa, com a integração do Interlegis. Instituição tem como objetivo capacitar, treinar e inovar, além de oferecer suporte ao Legislativo de todo o Brasil

NO BALANÇO DAS atividades de 2014, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) apresentou, na sexta-feira, a nova logomarca do órgão, feita para simbolizar a nova fase e a integração com o Programa Interlegis. Com a presença do diretor-geral do Senado, Luiz Fernando Bandeira, a diretora-executiva do ILB, Elga Lopes, ressaltou o cumprimento “com louvor” das metas estabelecidas no início do ano e disse que, para 2015, o objetivo é tornar o instituto referência nacional em capacitação e em estudos do Legislativo.

O responsável pelo setor de Arte da Coordenação de Publicidade e Marketing do Senado, Marcelo de Faria Campos, apresentou o processo de desenvolvimento da nova marca, a partir da análise histórica das duas instituições e das necessidades e objetivos do novo ILB.

A marca traz referências à bandeira do Brasil (representando a Federação, já que o ILB atua nas várias esferas do Poder Legislativo), ao Senado, às antigas marcas do ILB e do Interlegis e à modernização.

— A intenção era chegar a um símbolo gráfico que sintetizasse



Diretora-executiva do ILB, Elga Lopes apresenta o balanço do ano do instituto

uma série de informações do passado e do futuro e traduzisse tudo isso visualmente — disse.

Antes da apresentação da nova marca, Elga Lopes fez questão também de dizer que o Programa Interlegis não acabou.

— Apenas se encerrou a fase em que ele contava com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas agora ele está incorporado às ações do Senado — explicou.

Bandeira salientou “o zelo pela parceria” da Diretoria-Geral do Senado com o ILB e parabenizou o instituto pelos resultados de 2014.

Antes do encerramento, foi apresentada a última edição

do *ILB em Foco*, vídeo com as ações de capacitação, treinamento, educação, renovação de equipamentos, criação de novos produtos tecnológicos. O destaque ficou por conta do pacote desenvolvido para as câmaras municipais, chamado Solução Web Interlegis, que tem como objetivo acabar com a exclusão digital no Legislativo municipal brasileiro.



Passado e futuro sintetizam nova logomarca do instituto do Senado

Simon autografa no Senado livro de entrevistas

Pedro Simon (PMDB-RS) lançará amanhã, no Senado, o livro *Entrevistas*, uma coletânea das principais entrevistas que ele concedeu a jornais, revistas e programas de TV desde 1978, quando foi eleito senador pela primeira vez, pelo MDB. A sessão de autógrafos está marcada para as 18h30, no Salão Nobre.

A primeira entrevista do livro é a que *O Pasquim* publicou em 1978. Ao apresentar Simon, o semanário afirmou que seria “um dos mais corajosos representantes da liberdade e da democracia no Senado”. O país vivia em plena ditadura militar. Na entrevista, Simon defendeu “a busca da democracia”:

— Não adianta ficarmos dis-

cutindo se queremos reforma agrária, isso ou aquilo, se não temos condições de chegar ao poder nem de influir no grupo dominante. Eu luto para que se mude este modelo econômico



Simon em sessão de autógrafos na Feira do Livro de Porto Alegre

e social que favorece minorias, massacrando a maioria do povo. Mas, para defender esta segunda parte, tenho que ter a primeira: condições de participar do processo.

Numa entrevista publicada em 2012, a revista *Veja* descreveu o senador como “iluminado”, porque “participou da oposição à ditadura militar e cerrou fileiras pelas Diretas Já”.

O livro traz um painel da política brasileira dos últimos 60 anos. Simon fala de momentos históricos como o suicídio de Vargas, o golpe militar e o Plano Real.

Simon deixa o Senado em 31 de janeiro, dia em que conclui o mandato e completa 85 anos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h Sessão de discursos, não deliberativa.

CDH Direitos Humanos

9h30 Audiência pública para abertura da Semana dos Direitos Humanos, com o vídeo *Toda Loucura Será Protegida?* e o lançamento do livro *A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência*.

MEDIDA PROVISÓRIA Energia

9h A comissão especial que avalia a Medida Provisória 656/2014, que prevê incentivo fiscal para a geração de energia eólica, se reúne para apreciação de relatório.

CMA Transporte coletivo

9h30 A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor faz reunião com 16 itens, entre eles a análise do PLS 50/2013, que garante acesso público a dados e informações sobre revisão de tarifas do transporte público.

CCJ Debate

10h Audiência discute projeto que altera a Lei de TV por Assinatura, para obrigação de carregamento de sinais a todos os usuários, independentemente da tecnologia.

CMO/CAE/CMA Alexandre Tombini

10h Audiência pública conjunta para ouvir o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, sobre avaliação de cumprimento de metas.

CAE Cooperativas

10h30 Reunião deliberativa com 13 itens, entre os quais projetos de tramitação conjunta sobre o Marco Legal das Cooperativas.

CCT Concessões de rádio

11h Entre as propostas da pauta com 88 itens, concessões de rádio e projeto que permite dedução do Imposto de Renda de valores investidos em startups.

CE Escola de tempo integral

11h Discussão de projetos de datas comemorativas e de outros 14 itens, incluindo proposta que institui escola de tempo integral no ensino fundamental.

CDH Recursos hídricos

14h Audiência pública para debater a escassez de água gerada pelo impacto do uso na mineração. Convidados técnicos e lideranças de populações atingidas.

TERÇA

LANÇAMENTO Publicação

18h30 Lançamento do livro *Entrevistas*, de autoria do senador Pedro Simon e publicado pelo Senado Federal.

CI Revista Em Discussão!

7h30 Lançamento da 23ª edição da revista *Em Discussão!* e análise de anteprojeto do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura.

CAS Saúde da Mulher

9h CAS avalia a Política Pública de Assistência Integral à Saúde da Mulher e, após, analisa, entre outros, o PLC 50/2014, sobre planos de assistência funerária.

CDR Destinos turísticos

9h Inauguração da galeria de ex-presidentes da comissão. Logo após, a comissão vota o relatório que avalia a Estruturação dos Destinos Turísticos Brasileiros.

COMISSÃO Terras indígenas

14h A Comissão de Consolidação da Legislação Federal apresenta relatórios sobre demarcação de terras indígenas e defesa do usuário de serviços públicos.

MEDIDA PROVISÓRIA Servidores de RO

14h Instalação da comissão especial que analisa a Medida Provisória 660/2014, sobre salários dos servidores públicos do ex-território de Rondônia.

CPMI/PETROBRAS Conclusões

14h30 A comissão mista que investiga denúncias de desvios de recursos públicos na Petrobras se reúne para apresentação do relatório final.

MEDIDA PROVISÓRIA ONGs

14h30 Reunião da comissão destinada a emitir parecer sobre a MP 658/2014, que adia para julho de 2015 a entrada em vigor da Lei das ONGs.

ESPECIAL Livro e exposição

18h30 Lançamento do livro *As Batalhas na Guerra da Transição Brasileira* e abertura da exposição *José Sarney, o Homem, o Político, o Escritor*.

QUARTA

CRE Imigrantes no Brasil

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate a situação dos imigrantes no Brasil.

SEXTA

CRE Desenvolvimento Sustentável

9h A CRE promove Colóquio Internacional sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h30, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência pública da Comissão de Direitos Humanos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burtle

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Laércio Franzon, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Relatório da receita terá que ser reelaborado

Cálculos deverão ser atualizados com base em novas projeções do governo para 2015, como aumento da inflação e queda do PIB. Votação do Orçamento fica prejudicada

A ATUALIZAÇÃO DAS metas macroeconômicas para 2015, inclusive a de resultado primário, inviabiliza a votação amanhã do relatório da receita da proposta orçamentária para o próximo ano. Foi o que informou o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) quinta-feira em entrevista à Agência Câmara. O documento estima a arrecadação federal para 2015.

Pimenta terá agora que refazer todo o relatório, entregue há duas semanas. Isso porque as mudanças nos parâmetros econômicos, como a inflação e o produto interno bruto (PIB), têm impacto direto na estimativa. No relatório anterior, o deputado elevou a receita total em R\$ 21,2 bilhões, de R\$ 1,45 trilhão para R\$ 1,47 trilhão.

— Não tem como não refazer [o relatório]. Muda tudo nos cálculos — disse Pimenta.

As alterações que o relator da receita terá de fazer vão atrasar ainda mais a tramitação da proposta orçamen-

tária de 2015, praticamente inviabilizando a votação nesta legislatura — o Congresso só funciona até 22 de dezembro. A votação do relatório da receita é o primeiro passo para análise do Orçamento, cujo relator-geral é o senador Romero Jucá (PMDB-RR), e abre o prazo para apresentação de emendas.

As novas perspectivas foram encaminhadas pelo Ministério do Planejamento ao Congresso na quinta. O documento aponta que a meta de superávit apenas do governo federal caiu de R\$ 86 bilhões para R\$ 55,3 bilhões — já com desconto de R\$ 28,7 bilhões relativos a gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já a meta atualizada para o conjunto do setor público (governo federal, estados, Distrito Federal e municípios) será de R\$ 66,3 bilhões. Com isso, a parcela de estados e municípios será de R\$ 11 bi-



Jucá (D), relator do Orçamento, conversa com Paulo Pimenta, relator da receita

lhões (0,2% do PIB). Se estados e municípios não atingirem a meta, o governo federal terá de compensar a diferença.

A perspectiva de crescimento real do PIB foi reduzida de 3% para 0,8%. Segundo as novas projeções, a taxa Selic média de 2015 deverá ser de 12,17%, diminuindo para

11,5%, em 2016, e para 10,75%, em 2017. O preço do dólar deve fechar 2015 em R\$ 2,67; 2016 em R\$ 2,71 e 2017 em R\$ 2,80, segundo o Planejamento.

Conforme o ministério, a atualização “decorre da mudança do cenário macroeconômico ocorrida após o envio do projeto da Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), em abril deste ano, e das novas metas anunciadas para o período de 2015 a 2017”.

As alterações foram anunciadas após o Congresso aprovar, na madrugada de quinta-feira, projeto (PLN 36/2014) que altera a forma de calcular o superávit primário de 2014, que é a economia para o pagamento de juros da dívida. Ainda há uma emenda da proposta, que altera a LDO em vigor, para ser votada por deputados e senadores (*leia abaixo*).

A revisão das metas macroeconômicas deverá ser debatida amanhã em audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO) com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. Ele virá ao Congresso para apresentar avaliação do cumprimento dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial referentes ao segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014.

(Com Agência Câmara)

Congresso deve concluir amanhã votação sobre meta do superávit

O Congresso se reúne amanhã, às 10h, para votar o destaque da emenda 69 ao PLN 36/2014, que desobrigou o governo de cumprir a meta de R\$ 116 bilhões de superávit primário para 2014. Apresentada pelo deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), a emenda tenta limitar as despesas correntes discricionárias (aquelas

que o governo pode decidir se executa ou não) ao que foi efetivado no ano anterior.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) classificou o destaque para a votação da emenda 69 como “uma vitória”.

— Foi prova da força da oposição, que está fortemente conectada com a opinião pública. Nós usaremos todos

os recursos regimentais para aprová-la — disse o senador.

Entre os próprios parlamentares da oposição, porém, há quem duvide da eficácia da medida.

— A oposição vai tentar aprovar o destaque que ficou para a semana que vem [esta semana], mas o principal já foi aprovado e era o que queríamos evitar —

afirmou o líder do DEM, José Agripino (RN).

Na base, há quem minimize a importância da emenda. Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que não há mais nada que a oposição possa fazer. Ele acredita que a sessão do Congresso não deve se estender por mais de duas horas, já que apenas um tema será votado.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que preside a Mesa do Congresso, disse que a votação deve ser limitada ao destaque da emenda 69, que não foi votado na madrugada de quinta por falta de quórum.

Integram ainda a pauta do Congresso 31 projetos, a maioria sobre créditos suplementares ou especiais.

Comissão analisa texto sobre biografias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) poderá votar na quarta-feira o projeto da Câmara que altera o Código Civil para garantir a publicação de biografias não autorizadas de pessoas públicas ou aquelas cujos atos são de interesse da coletividade.

De autoria do deputado Newton Lima (PT-SP), o PLC 42/2014 acrescenta um segundo parágrafo ao artigo 20 do Código Civil para determinar que a ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa “cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou que esteja inserida em acontecimentos de interesse da coletividade”.

O código proíbe a publicação de biografias, salvo se autorizadas ou se necessárias à administração da Justiça ou à manutenção da ordem pública.

O relator, Ricardo Ferrazo (PMDB-ES), é favorável à proposta por considerar que o Código Civil dá tratamento desproporcional a dois direitos



Ferrazo defende que a publicação de biografias não dependa de autorização

fundamentais envolvidos na questão: a liberdade de expressão e o direito à privacidade, privilegiando este último. Para ele, a história de pessoas cuja trajetória ganha dimensão pública se confunde com a história de sua época, sendo fundamental para a preservação da memória coletiva.

O texto aprovado na Câmara e enviado ao Senado inclui um terceiro parágrafo, determinando que a pessoa que se sentir atingida na honra ou respeitabilidade poderá requerer a juizados especiais, pedindo a

exclusão do trecho ofensivo em edição futura da obra.

No relatório, Ferrazo aponta como inconstitucional a solução aprovada pelos deputados, apesar de ter como propósito tornar mais céleres processos movidos por biografados que se sentem lesados. Como opção, o relator sugere que as ações judiciais da pessoa que se sentir prejudicada na honra sejam processadas pelo rito sumário previsto no artigo 275 do Código de Processo Civil.

Após a votação no Senado, o projeto irá à sanção.

CPI da Petrobras divulga conclusões na quarta-feira

A CPI Mista da Petrobras agendou para quarta-feira, às 14h30, a apresentação do relatório final. O documento deverá tratar dos quatro eixos de investigação: a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos; denúncias de pagamento de propina a funcionários da Petrobras; falta de segurança nas plataformas; e superfaturamento na construção de refinarias. O conteúdo das delações premiadas de investigados pela Operação Lava-Jato não fará parte das conclusões da comissão.

O relator interino da CPI, deputado Afonso Florence (PT-BA), disse ser impossível dimensionar o prejuízo resultante da falta dessa documentação. Ele lembrou que, apesar de várias tentativas, o Supremo Tribunal Federal (STF) não compartilhou esses depoimentos.

— Nós não podemos antecipar se o relatório ficará incompleto, porque nós não sabemos o conteúdo da delação premiada — afirma.

Afonso Florence assegura, no entanto, que a comissão conta com material suficiente para produzir um relatório final consistente. Ele ressaltou que o Congresso tem responsabilidade com a Petrobras, com os ativos da empresa, os acionistas e a opinião pública. Ele lembrou ainda que há possibilidade de uma nova CPI ser instalada no ano que vem.

— Outra legislatura se debruçará sobre as evidências dos resultados da Operação Lava-Jato e, se for oportuna uma nova CPI, ela será obviamente instalada. Nós precisamos, com os dados disponíveis, fechar um relatório sobre a Petrobras e anunciar para a opinião pública providências de saneamento dos ilícitos que porventura tenham sido comprovados — destacou.

O deputado do PT baiano substituiu o relator da comissão, deputado Marco Maia (PT-RS), que sofreu um acidente de motocicleta e está afastado das atividades da CPI Mista da Petrobras.

Sistema permitirá inovações como a exibição de vídeos e a transmissão do sinal da TV Senado, além de possibilitar o uso por parlamentares com deficiência. Cada senador terá tela para ler relatórios e emendas

Marcos Oliveira/Agência Senado



A instalação dos equipamentos, na sexta-feira, impediu a realização atividades legislativas no Plenário do Senado

Novos painéis começam a funcionar hoje no Plenário

O SENADO TERMINA 2014 com um novo sistema de votação mais ágil e moderno, que permitirá a utilização até mesmo por pessoas com deficiência ou com limitações de movimentos. Tanto o Plenário quanto as comissões receberão os novos equipamentos.

— A principal inovação em relação ao Plenário é que o sistema de votação será acessível. Teremos teclado com relevo para deficientes visuais. O senador que não puder mover as mãos poderá votar com os pés ou mesmo com a íris, com o piscar dos olhos — afirmou o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira.

A partir de hoje, os senadores já poderão utilizar o novo sistema no Plenário. Os painéis eletrônicos estão sendo substituídos por outros de LED, de tamanho semelhante ao dos atuais. Eles permitirão inovações como o registro da orientação de liderança, a exibição

de vídeos e apresentações relacionadas ao tema da sessão. Também vão possibilitar a transmissão da TV Senado. Com isso, quem estiver nas galerias poderá sempre visualizar o orador com a palavra. Cada senador terá um computador, com tela sensível ao toque, onde poderão ler os relatórios, emendas e os textos das proposições em pauta.

Tempo real

Os equipamentos permitirão a publicação, em tempo real, dos resultados da votação em meio eletrônico. Isso evita o retrabalho na publicação de documentos como o *Diário do Senado*, esclareceu Bandeira.

— Apesar das mudanças, o sistema de captura do voto continua blindado para evitar qualquer espécie de alteração, visualização e manipulação desses votos. Isso continua inexistente — explicou Bandeira. O software empregado nas

votações em Plenário foi desenvolvido por uma empresa nacional e o adotado para as comissões ficou sob a responsabilidade do Prodasen. O custo para a implantação de todos os sistemas e equipamentos, de cerca de R\$ 4 milhões, foi coberto com a venda da folha de pagamentos ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica, sem recursos do Orçamento da União, acrescentou Bandeira.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Para Bandeira, a principal inovação do novo painel é a acessibilidade

Comissões também terão votação eletrônica

As comissões permanentes terão votação eletrônica, com painéis e computadores, como no Plenário. Entretanto, para elas ainda não haverá sistema acessível. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) receberá o projeto-piloto, com testes nas duas semanas de votação que antecedem o recesso

parlamentar, que começa em 23 de dezembro.

A presença será atestada com biometria num ponto na entrada da comissão. As bancadas receberão computadores com telas *touchscreen*, de onde poderão exercer o voto. Antes, terão acesso aos relatórios e projetos em vota-

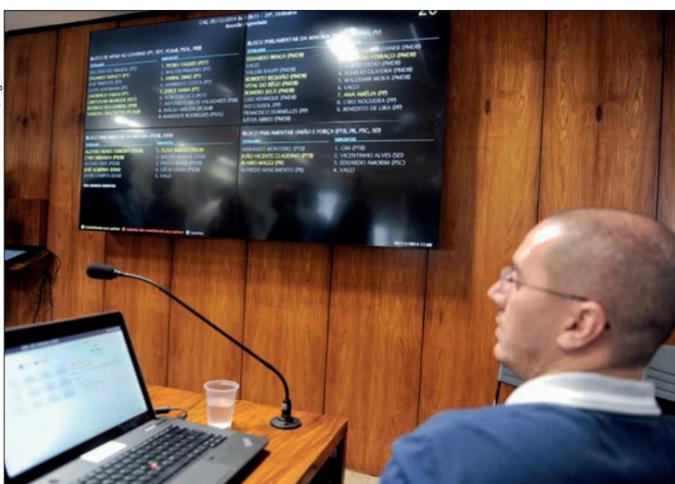
ção, o que permitirá o fim da impressão dos avulsos, mais uma medida que trará economia e ajudará na preservação do meio ambiente. Somados aos do Plenário, serão cerca de 360 novos notebooks.

O novo sistema permitirá também a identificação de titulares e suplentes da comissão. Com isso, será possível validar a votação e desconsiderar o voto que tenha sido registrado pelo suplente, caso o titular chegue para votar. Até o momento, isso é feito manualmente.

O painel eletrônico tomará grande parte da atual galeria de ex-presidentes das salas. Por esse motivo, as fotos com moldura e vidro serão substituídas por material impresso na Gráfica do Senado.

As demais comissões receberão o sistema eletrônico no recesso parlamentar.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Os painéis das comissões ocuparão parte das atuais galerias de ex-presidentes

ACONTECEU NO SENADO

Congresso aprova nova meta fiscal para 2014

Votação se deu em sessão que durou quase 19 horas

O Congresso aprovou na madrugada de quinta-feira o PLN 36/2014, que flexibiliza a meta de superávit fiscal para 2014. A sessão durou quase 19 horas e intensificou a polarização entre governistas e opositores.

Com a mudança, o governo não terá mais de obedecer ao limite de R\$ 67 bilhões para abater despesas a fim

de atingir a meta de superávit. Apesar de aprovada, a meta fiscal ainda terá uma das emendas destacadas a ser apreciada amanhã.

Antes, para liberar a pauta, senadores e deputados votaram 40 vetos a projetos de lei. Todos foram mantidos. O principal era o que tratava das novas regras para a criação de municípios.



Pedro Franco/Agência Senado

Viana (D) em reunião com o secretário de Defesa Civil, Adriano Pereira Júnior

DEBATE PROPÕE APRIMORAMENTO DA DEFESA CIVIL

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) debateu na quarta-feira o atendimento a municípios em situação de emergência ou em estado de calamidade pública.

O senador Jorge Viana (PT-AC), que presidiu a reunião, disse que vai trabalhar para aperfeiçoar a legislação e ponderou que é preciso

evitar desvios de recursos.

— Precisamos encontrar uma maneira de não ficarmos imobilizados por conta de desvios que excepcionalmente ocorrem — disse.

O secretário nacional de Defesa Civil, general Adriano Pereira Júnior, disse que a recuperação é o ponto fraco da Defesa Civil brasileira.

MAIS DINHEIRO PARA O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS (FPM)

O Congresso promulgou na terça-feira a Emenda Constitucional 84, que aumenta em um ponto percentual o total dos repasses de impostos federais ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Com a mudança, o índice passa para 24,5%. Só em 2015, a Confederação Nacional de Municípios estima em R\$ 2,2 bilhões o acréscimo do montante a ser destinado às 5.570 cidades.

CPI MISTA DA PETROBRAS COLOCA EX-DIRETORES FRENTE A FRENTE

Na terça-feira, a CPMI da Petrobras fez acareação entre os ex-diretores Paulo Roberto Costa e Nestor Cerveró. Eles se contradisseram sobre pagamento de propina na compra da refinaria nos EUA. Costa reiterou o que disse ao juiz Sergio Moro na delação premiada da Operação Lava-Jato: que os dois ex-diretores receberam propina, ele próprio no valor de R\$ 1,5 milhão. Cerveró negou.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL SERÁ VOTADO NA QUARTA-FEIRA

O projeto do novo Código de Processo Civil foi aprovado na quinta-feira na comissão especial e vai ao Plenário. A votação está marcada para quarta-feira.

O relator do PLS 166/2010, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou um texto que simplifica processos e estimula a solução consensual dos conflitos para agilizar as decisões e desafogar o Judiciário. Entre as inovações da proposta, está a penhora antecipada.

COMISSÕES DISCUTEM AMPLIAÇÃO DO ACESSO À BANDA LARGA

A banda larga foi tema de discussões na semana passada em duas comissões. A CAE aprovou na terça o teto de 10% para a alíquota do ICMS relativo ao acesso à internet banda larga. O objetivo do PRS 15/2014 é ampliar o acesso.

A CCT discutiu o Plano Nacional de Banda Larga. Anibal Diniz (PT-AC) avaliou que o país não cumpriu a meta de 35 milhões de residências com banda larga por R\$ 35, prevista no plano.